Debate da Comunicação do Prof. Luís Costa Lima, "Da Existência Precária: o sistema intelectual no Brasil", formulado por Luís Antônio Marcuschi no IV Congresso Brasileiro de Crítica Literária em Campina Grande — Paraíba.

O incisivo ensaio de Luís Costa Lima tem sua gênese imperiosa nas palavras do próprio autor, quando diz: "... confesso... que ele (o ensaio) hoje se impõe como um momento de revisão de mim mesmo, na tentativa... de me indagar sobre a posição que, em nossa sociedade, ocupa a 'família' a que pertencço". A família aqui em questão é o intelectual brasileiro. "Intelectual" é, certamente, um termo bastante vago, mas eu o uso com finalidade heurística, na falta de outro melhor no momento. Este intelectual, no dizer de Costa Lima, "não pertence a nenhum grupo social". Eu diria, porém, que o intelectual forma, de fato, um grupo social específico, composto pela classe dos elementos como tal caracterizados. Mas não é esta a questão a que quero me dirigir: este é apenas o grupo abstrato aqui questionado em sua existência precária.

O cerne do ensaio de C. L. é a afirmação, por vezes bastante enfática, de que não apenas o intelectual brasileiro, mas a essência da intelectualidade brasileira é de caráter auditivo. Em termos gerais estou de acordo com a tese do autor ao dizer que **somos uma cultura preponderantemente auditiva**. Mas a concordância acaba aqui, porque deste ponto em diante o que vale são os argumentos em função dessa

tese e as conseqüências dali se extrai. De resto, creio que a tese apresentada já tem hoje um caráter mais histórico que sistemático, considerando-se a estrutura do desenvolvimento do mundo atual, onde não é mais possível detectar a pureza e naturalização de construções teóricas por procedências geográficas.

Não resta dúvida, no entanto, que já é consenso entre os intelectuais brasileiros, que somos uma espécie de "orelhões", via de regra voltados para fora e dependentes. Esta lucidez é, contudo, paradoxal porque em nada nos auxilia. Parece que somos vocacionados para uma estranha forma de esquizofrenia; uma variante muito especial de alienação, de loucura prazerosa: vemo-nos masoquisticamente em espelho.

Não vou aqui repetir todas as teses trazidas na exposição, mas apenas enfeixá-las em breves tópicos para depois partir com minha argumentação. Os pontos centrais do ensaio aqui em debate parecem-me serem os seguintes:

- (a) somos um país com uma cultura preponderantemente auditiva;
- (b) voltada para os modelos de fora;
- (c) carente de um centro próprio de decisões.

Esses três momentos da tese, eu digo **momentos** para usar um termo da dialética hegeliana, fundamentam e buscam uma resposta inclusive para o nosso atual **momento** político. Uma tentativa de responder à questão de Luckács.

C. L., pergunta-se mais de uma vez sobre quem seria o responsável por nossa **auditividade**. Embora reconhecendo que o fator da dependência econômica poderia ser um fator muito forte, talvez um dos mais fortes, ou quiçá o mais forte, como por vezes parece admitir, a resposta não é esta. C. L. julga que nossa dependência econômica, que se prolonga desde que existimos, não é realmente o responsável número um pela auditividade. De fato, não é dada uma resposta afirmativa, mas sim lançada uma nova interrogação, como resposta alternativa. Pois C. L. não crê que a explicação seja predominantemente econômica. Assim, a primeira resposta é dada como um aprofundamento da questão, mas sempre questão: "Será de ordem política, com

os obstáculos conhecidos por todos nós, interrompendo carreiras, impedindo ou 'desaconselhando' encontros e discussões críticas"? Obviamente, tal indagação fundamenta-se não na linha da questão historicamente colocada, mas facticamente vivida.

Para aprofundar o tema, faz-se mister entrar em mais alguns elementos da tese de C. L.. Segundo o autor, a **cultura auditiva tem as seguintes características** mais marcantes (omitirei aqui as características da cultura oral, dado não serem da **nossa cultura auditiva**):

- (a) Ela é uma cultura de persuasão. Uma persuasão sem o entendimento. Uma persuasão sedutora.
- (b) A persuasão auditiva visa à submissão. Falta-lhe a argumentação. Por isso transmite-se sem cadeias ou elos demonstrativos.
- (c) A auditividade torna-se, assim, "a clave dominante de um edifício (social) que se sustenta nas práticas antidemonstrativas, i. e., autoritárias".
- (d) A auditividade tem por base e supõe, pois, tanto o autoritarismo como o culto à intuição.
- (e) A auditividade produz o desenraizamento e o moralismo que tanto marcariam nossa cultura literária.

Passo agora à minha análise e argumentação. Basicamente, abordarei dois pontos essenciais:

- 1. a questão da intuição e
- 2. a questão da dependência econômica.

A partir daí tentarei **inverter** a posição de C. L., sem mudar, contudo, a afirmação. Por isso dizia eu no início que o problema achasse não tanto na tese, mas sim na sua **argumentação**. O que será invertido é a argumentação.

Concordo, como disse, que somos auditivos no sentido de sermos olhos e ouvidos abertos e atentos especialmente para o que vem de fora e não possuímos um centro de efervescência cultural específico. Mas, e aí vai minha primeira observação, **não por prestarmos um culto à intuição**, que no dizer de C. L. seria a base de nossa incapa-

cidade argumentativa, mas sim por carecermos de maior disciplina intelectual. Falta-nos, isso, sim, uma base de rigorosa disciplina intelectual. Somos por isso mesmo muito enfáticos e pouco preciosos. Com isso quero fazer minha primeira restrição sistemática aos argumentos de meu colega L. C. L.. No meu entender, o uso do termo "intuição" não é aqui feito num sentido técnico do termo. Esse uso comum do termo leva, pois, a tese e sua argumentação a oferecerem flancos vulneráveis.

Creio que pensador algum usaria como exemplos para a intuição expressões como: "Escrever se aprende escrevendo",

"Samba não se aprende no colégio",

"O poeta já nasce poeta" e outros semelhantes, usados por C. L. para exemplificar a intuição. Estes são muito mais exemplos de nosso caráter pragmático ou prático, mas não de nossa intuitividade. Intuição é um princípio básico, responsável por grandes momentos criativos não apenas no plano literário. A noção de intuição implica, em geral, a visão direta e imediata duma realidade, ou compreensão imediata de uma verdade. Neste sentido supõe-se que não haja elementos intermediários na argumentação, como diz C. L. A ela se oporia, a argumentação dedutiva ou pensamento discursivo. Assim, creio que a intuição não nos deixa incapazes de argumentar e nem se opõe ao espírito argumentativo. De resto, a intuição não é nem se pretende argumentativa e sempre foi um modo de conhecer. Ela é uma forma de conhecimento e não de argumentação. Portanto, julgo que C. L. não pode citar propositadamente as expressões acima para exemplificar "o quanto se entrelaçam e pertencem a um mesmo conjunto o intuicionismo e o culto da praticidade". A meu ver isto é um equívoco, que se baseia na falta de um conceito crítico de intuição, o qual, aliás, é usado por L. C. L. em outros de seus trabalhos com o devido cuidado. Com isso penso ter tirado já um dos pilares da tese que julga que a "permanência do antiteórico" se deve fundamentalmente à nossa característica de intuitivos. Não concordo, pois, que somos autoritários e impositivos por sermos intuitivos. A rigor, nem o abrandamento do problema pela adjetivação substantiva "culto à intuição" resolve a questão, uma vez que é o culto o elemento condenável, mas não o objeto de que é culto. Intuição não é uma aliada do autoritarismo nem uma inimiga da argumentação. Equivocamo-nos ao pensar que toda boa argumentação só possa ser formulada com elementos dedutivamente obtidos.

Sei que C. L. faz uma ressalva ao uso do termo "intuição" em seu ensaio, mas essa ressalva não é levada em consideração no cor-

po do trabalho, por isso não o imuniza contra meu ponto de vista. Considero as ressalvas feitas apenas de efeito retórico e sem função sistemática no corpo das teses defendidas.

Assim, quero crer imprópria a afirmação de que a relação estabelecida "entre discurso intuitivo e autoritarismo revela outra propriedade a que pertence o auditivo", ou seja, que "o auditivo é o traço de superfície de um conjunto que não só contém 'autoritarismo' 'intuicionismo', mas ainda 'dependência' ". Tendo a admitir que esses elementos não decorrem do discurso intuitivo que daria origem à auditividade. A intuição não é a base da auditividade.

A segunda questão que levanto e que se acha intimamente vinculada a isso é o problema da explicação da auditividade pela dependência econômica.

Considerando o acima exposto, penso que a resposta dada por C. L. à questão: "o que se dará com uma cultura auditiva se o sistema econômico a que ela pertence deixar de ser dependente?", é sistematicamente contraditória, pois ela inicia com a expressão: "Intuitivamente, responderíamos...". Não é exatamente o discurso intuitivo aquele que nada pode fundamentar, seguindo-se a argumentação de C. L.?

Finalmente, a resposta positiva à questão levantada oscila entre decidir-se pela dependência econômica e outros elementos ou fatores. Num certo momento, C. L. assera que as características de nosso sistema intelectual não parecem explicáveis simplesmente pelo tipo de relações econômicas que nos caracterizam. E logo linhas após é afirmado quase o contrário, ou seja: "Talvez uma melhor hipótese ... se encontre na ausência de meios por parte das classes oprimidas e dos segmentos sociais desprivilegiados, de promoverem suas aspirações, de formularem sua oposição à cultura oficializada". Assim, ficamos realmente sem saber qual a opinião de C. L. sobre a questão. A resposta, parece, tende muito mais a ser de cunho eminentemente ideológico, perdendo assim sua força argumentativa.

Contudo, a rigor, não creio também que a suspensão da prática autoritária possibilitaria aos nossos intelectuais a libertação da auditividade. Tendo a julgar que ela estimularia muito porque abriria o diálogo franco, mas não aboliria nossa característica de auditivos. Eu diria que a dependência econômica é junto com nossa falta de rigor intelectual o responsável primeiro pela auditividade e falta de um centro próprio de decisões culturais. Por isso não creio que a indepen-

dência econômica e abolição da prática autoritária e do intuícionismo conseguiram por si sós eliminar a auditividade. Práticas autoritárias não são, a meu ver, nem decorrência nem causa da auditividade. Elas podem surgir em qualquer cultura.

Minha contra-tese é a de que nosso maior problema é a característica falta de rigor e disciplina de nossos intelectuais. É este despreparo técnico tanto de nossos professores universitários como dos alunos o grande responsável pelos mais graves de nossos problemas que avolumam numa espiral interminável numa espécie de ciclo da ignorância. Aliás, isto foi muito bem assinalado pelo próprio conferencista como um dos males que perpassa nossas universidades desde sua fundação. É o despreparo técnico que gera a incapacidade para teorizar e entender e não estes que geram aquele. Eu não creio que devamos acusar o intelectual brasileiro como incapaz de teorizar, pois este é um efeito e não uma causa.

A auditividade não é, pois, o centro da questão, ela é apenas uma característica onde a problemática se torna manifestamente aguda. Somos, por índole, muito enfáticos e pouco precisos. Talvez seja isto que esteja na base da auditividade e não o contrário. Eu invertéria a argumentação, como já disse.

Para finalizar, gostaria de frisar aqui o enorme valor heurístico do ensaio de meu colega Luís Costa Lima. A originalidade com que foi visto o problema aqui coloca-o muito além das emotivas observações sobre o tema outrora feitas por Sílvio Romero. Quero parabenizá-lo pela bravura de manter um alto nível de coragem intelectual cívica num momento de penúria em que ela está sendo substituída pela coragem cínica. Nós, que nos intitulamos "intelectuais" e que parecemos estar condenados à esquizofrenia de que falava no início, encontramos neste ensaio um convite sério e honesto para uma reflexão básica em questões pouco ventiladas entre nós nos dias atuais.

Campina Grande, setembro de 1977